

A Embratur e os Cursos Superiores de Turismo no Brasil. 1970-1976

Revista Rosa dos Ventos

6(2) 164-179, abr-jun, 2014

© O(s) Autor(es) 2014

ISSN: 2178-9061

Associada ao:

Programa de Mestrado em Turismo

Hospedada em:

<http://ucs.br/revistarosadosventos>



Dalila Rosa Hallal¹, Dalila Müller²

RESUMO

Este artigo analisa o posicionamento da Embratur em relação à criação dos primeiros Cursos Superiores de Turismo, no Brasil, no início da década de 1970. A Empresa, criada em 1966, se envolve em vários aspectos do Turismo brasileiro, dentre eles, a qualificação de profissionais para atuar no setor. Neste trabalho, apresenta-se o contexto histórico, compreendendo o período a partir de sua criação até 1976, e a visão de seus primeiros presidentes sobre o ensino superior em Turismo, bem como as consequências dos seus posicionamentos. A pesquisa foi realizada a partir de fontes bibliográficas, documentais e orais, sendo as informações analisadas, visando compreender os significados e sentidos dos acontecimentos para a construção de um conhecimento histórico. A Embratur, a partir de seus primeiros presidentes, participou, em algumas gestões, estimulando e apoiando a criação dos cursos e, em outra, especificamente na gestão de seu terceiro presidente, se posicionando contrária e dificultando a criação de novos cursos superiores de Turismo no País.

Palavras-chave: Turismo.
História do Turismo.
Embratur. Cursos Superiores de Turismo. Brasil

ABSTRACT

Embratur and Tourism College Courses in Brazil (1970-1976) -

This article analyzes the positioning of Embratur regarding the creation of the first Tourism Colleges Courses in Brazil in the early 1970s. Embratur, established in 1966, engages in various aspects of tourism in Brazil, including the qualification of

¹ **Dalila Rosa Hallal** – Doutora. Professora da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: dhallal@ufpel.tche.br

² **Dalila Müller** - Doutora. Professora da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: dmuller@ufpel.tche.br.

professionals in the sector. In this paper, we present the historical context, including the period from the creation of Embratur until 1976 and vision of its first presidents on higher education in tourism as well as the consequences of their positions. The survey was conducted with bibliographical, documentary and oral sources, and the information analyzed aiming to understand the significance and meanings of events to construct a historical knowledge. Embratur, from its early presidents, participated in some administrations by encouraging and supporting the creation of courses and, in another, specifically in the management of the third president by positioning contrary, which hindered the creation of new degree courses in tourism in Brazil.

Keywords: Tourism. Tourism History. Embratur. Tourism College Courses. Brazil.

INTRODUÇÃO

A formação educacional em nível superior em Turismo, no Brasil, começou no início da década de 1970, motivada pela crença nas múltiplas possibilidades do setor turístico para o desenvolvimento socioeconômico nacional. A Faculdade de Turismo do Morumbi (atual Universidade Anhembi-Morumbi) foi pioneira na área, criando o curso em 1971. A partir de então, muitas instituições começam a implantar cursos superiores de Turismo no Brasil, principalmente nas capitais dos Estados, como por exemplo, a Universidade Católica de Petrópolis, a Universidade de São Paulo e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, todas em 1972 (Hallal, 2010). O início da década de 1970 foi marcado pelo período mais árduo da ditadura militar, caracterizado por censura, perseguição e violência. Mas também é nesse período que o País viveu o dito 'milagre econômico', com um rápido crescimento da economia, fruto de muitos investimentos estrangeiros e de baixa inflação. Nesse contexto, o Turismo era visto como a atividade econômica do futuro, importante para o desenvolvimento nacional.

Especificamente no setor de Turismo, foram realizados investimentos em infraestrutura, com incentivos fiscais destinados a empreendimentos turísticos, principalmente à hotelaria. A década de 1970 também foi importante para as discussões sobre a área, com os primeiros eventos científicos, que discutiam a realidade turística brasileira, o mercado de trabalho e as necessidades do setor. Nesta década a Embratur, criada em 1966, vinha realizando um planejamento da atividade turística, procurando imprimir uma nova imagem para o Turismo nacional. À época, era visível que a atividade representaria uma importante contribuição dentro do processo desenvolvimentista vivido pelo país e a Embratur tinha por objetivo participar da política econômico-financeira traçada para o desenvolvimento do Turismo, que geraria empregos, rendas, recursos e divisas, integrando-se ao progresso do país (Rejowski, 1996; Alfonso, 2006).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o posicionamento da Embratur em relação à criação dos primeiros Cursos Superiores de Turismo no Brasil, no início da década de 1970. Manuseando as fontes percebeu-se que alguns dos seus presidentes se posicionavam em relação à criação desses cursos, ora ressaltando a importância da qualificação de mão de obra para atuar no setor, ora contrários ao seu ensino em nível superior. Solha (2002) destaca que, no Brasil, apenas alguns períodos referentes ao desenvolvimento do Turismo foram

estudados de maneira mais aprofundada, mas que, para a maior parte dos acontecimentos ocorridos na área, não existiriam registros. Recentemente, a produção científica sobre a história do Turismo no Brasil vem aumentando, entre outros incentivados pela constituição de Grupo de Trabalho como o GT História e Turismo, no Congresso da Associação Nacional de História (ANPUH), já com edições em 2011 e 2013. Também nos dois últimos anos, o Congresso da Associação Nacional de Pesquisadores em Turismo (ANPTUR) mobiliza grupo semelhante, o que tem servido para aglutinar e discutir estudos sobre a história do Turismo.

As informações para o desenvolvimento deste trabalho foram obtidas em fontes bibliográficas, documentais e orais. A busca de dados envolveu jornais da década de 1970, disponíveis no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa e nos acervos de Oswaldo Goidanich e Roberto Eduardo Xavier, depositados na Biblioteca Central da PUCRS, ambas instituições localizadas em Porto Alegre, RS. Os principais jornais utilizados³ foram: *Correio do Povo*⁴, *Jornal do Comércio*⁵ e *Diário de Notícias*⁶, editados no Rio Grande do Sul; *Folha da Tarde*⁷ e *O Estado de São Paulo*⁸, de São Paulo. Mesmo sabendo que esses textos jornalísticos eram representações do acontecido, pois traziam a marca do seu autor, impondo, ou buscando impor sua concepção de mundo (Chartier, 1990), foi possível compreender como, no período analisado, a Embratur, na pessoa de seus presidentes, se posicionou frente à criação dos cursos superiores de Turismo no Brasil.

Além dos jornais, utilizaram-se teses, dissertações e livros que abordam a temática ensino em Turismo no Brasil e/ou a Embratur. Pode-se citar a tese de Hallal (2010) e a dissertação de Alfonso (2006). A pesquisa documental foi realizada em decretos, leis, atas e anais e em páginas oficiais, *on line*, como, a da Câmara dos Deputados. Para subsidiar a investigação, utilizou-se ainda de entrevista, tendo sido ouvida Norma Martini Moesch, em 2009 e 2010, entre outros temas sobre o posicionamento do terceiro presidente da Embratur em relação aos cursos superiores de Turismo. A prática historiográfica está relacionada às fontes e a forma como se dialoga com a documentação disponível, assim, durante o processo de análise das informações deteve-se em um trabalho de construção dos sentidos e da construção textual para a representação do tempo pesquisado e da realidade investigada. Operações que condicionam a escrita da história, no dizer de Certeau (2012).

³ Edições consultadas: *Correio do Povo*, RS, 17.07.1972; 22.10.1972; 26.10.1972; 23.01.1975; 30.01.1975. *Folha da Tarde*, SP, 03.06.1972. *Jornal do Comércio*, RS, 07.06.1972. *O Estado de São Paulo*, SP, 21/10/1973.

⁴ O *Correio do Povo*, hoje pertencente à Central Record de Comunicação, foi fundado em 1º de outubro de 1895, por Caldas Júnior. Trata-se do jornal de mais longa publicação no Rio Grande do Sul, circulando por 89 anos ininterruptamente, até 1984, e reiniciando sua publicação em 1986.

⁵ O *Jornal do Comércio* foi fundado em 25 de maio de 1933 por Jenor C. Jarros e Zaida Jayme Jarros. No início, era apenas um boletim de negócios portuários, chamado *Consultor do Comércio*, impresso precariamente com mimeógrafos. A periodicidade era trissemanal. Em 1956, passa a se chamar *Jornal do Comércio*, e sua periodicidade passa a ser semanal. E em 1960, o jornal torna-se diário.

⁶ O *Diário de Notícias* foi fundado em 1º de março de 1925, sob a direção de Francisco de Leonardo Truda, Raul Pilla, Adroaldo Mesquita da Costa, João Pedro Moura e outros. Foi comprado em 1930 por Assis Chateaubriand, quando passou a fazer parte da construção do império dos Diários Associados. Em Porto Alegre trabalhava acompanhado da TV Piratini (pioneira no estado), Rádio Farroupilha e *Revista Campo*.

⁷ *Folha da Tarde*, publicada pelo grupo Folha de S. Paulo, circulou entre 1945 e 1999. Foi substituído pelo popular *Agora São Paulo*.

⁸ *O Estado de S. Paulo* foi fundado 1875, com a denominação *A Província de São Paulo*. Ao final do século XIX, já era o maior jornal de São Paulo.

EMBRATUR E OS PRIMEIROS CURSOS SUPERIORES EM TURISMO NO BRASIL

O crescimento do setor turístico no mundo e as perspectivas de uma atividade econômica promissora estimularam a criação de um órgão público no Brasil que pudesse atender às necessidades do setor e estabilizar a economia brasileira, meta do governo Castelo Branco. No início da década de 1960 o Turismo vinha sendo discutido mundialmente e apresentado como importante meio para o desenvolvimento econômico dos países. Na Conferência das Nações Unidas de 1963 foi recomendado que “países em desenvolvimento se dessem conta do valor do Turismo como meio para desenvolver novas indústrias e serviços” (Embratur, 1968 apud Alfonso, 2006); estudiosos destacavam a importância do Turismo para o desenvolvimento dos países; para o Papa Paulo VI o Turismo seria a indústria da comunicação humana, responsável pela paz mundial (Alfonso, 2006).

Desse modo, o Governo Federal, através do Ministério da Indústria e do Comércio, definiu a Política Nacional do Turismo e criou a Embratur e o Conselho Nacional do Turismo (CNTur), através do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, publicado no Diário Oficial da União em 21 de novembro de 1966 (Brasil, 1966). Esse projeto estava integrado aos objetivos de progresso do Brasil, pois visava o desenvolvimento do Turismo no país, sendo considerado como uma atividade geradora de empregos, de renda e de recursos em divisas. Em 1967, através do Decreto nº. 60.224, foi ampliada a concepção legal da Política Nacional de Turismo, com a criação do Sistema Nacional de Turismo, que indicava a responsabilidade de cada participante (órgãos federais, estaduais, municipais e iniciativa privada) na atividade turística (Brasil, 1967). Conforme esse Decreto, a Embratur, deveria estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da Política Nacional de Turismo e daqueles que digam respeito ao seu funcionamento, enquanto que ao CNTur caberia formular as diretrizes para uma Política Nacional de Turismo.

Entre dezembro de 1960 a fevereiro de 1967, desenvolveram-se os trabalhos iniciais para implantação da Embratur. A Embratur, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, iniciou suas atividades no Rio de Janeiro, com os funcionários da extinta Divisão de Turismo e Certames do Ministério. A diretoria teria o mandato de quatro anos e o primeiro presidente, Joaquim Manoel Xavier da Silveira (1967 - 1971), foi nomeado em janeiro de 1967 (Alfonso, 2006). Silveira fora membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro e secretário de Comércio do Ministério da Indústria e Comércio. Durante sua gestão, dedicou-se principalmente a organização da entidade e a elaboração de normas tanto para a aplicação dos incentivos criados quanto para o registro e a fiscalização das agências de viagens.

Uma das primeiras iniciativas da Embratur foi organizar o I Encontro Oficial do Turismo Nacional, realizado em outubro de 1967, para reunir os estados da União, no Rio de Janeiro. Esse Encontro contou com a participação de representantes de todos os estados e de alguns territórios, além de delegados representantes dos setores dos transportes, hotelaria e agências de viagens. Assim, pela primeira vez no País, realizou-se um evento em termos nacionais, para discutir a temática Turismo. O Encontro possibilitou à Embratur uma visão geral da problemática da atividade e representou uma tomada de consciência, em âmbito nacional, do significado do Turismo para o Brasil, desencadeando um processo de sua integração no plano do desenvolvimento do País. Durante o Encontro, cada um dos Estados, através de seus representantes, apresentou como desenvolvia a atividade turística (Ministério da Indústria e do Comércio, 1967). Houve, ainda, várias sugestões sobre a necessidade, não só de funcionamento de cursos especializados para formação de pessoal para hotelaria, agências de viagens, como também da criação de cursos de formação de consciência turística em todos

os graus de ensino. Foi sugerido, ainda, a conveniência do ensino do folclore nos ginásios e faculdades (Ministério da Indústria e do Comércio, 1967).

Como era assunto fora do temário, mas de grande importância e a todos interessando, foi sugerida a criação de um grupo de trabalho para estudar o *know-how* desses cursos de formação, constituído por Wílton Honorato Rodrigues (Goiás), Albino Coelho Ribeiro (Guanabara), Maristela Tristão (Minas Gerais) e João Fontenele (Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo – ABRAJET)⁹. No final foi apresentado, pelo grupo de trabalho, sugestões de um *currículum* escolar com vistas à educação turística (Ministério da Indústria e do Comércio, 1967). Quanto às escolas de Hotelaria, o Pará solicitou providência da Embratur junto ao Senac para sua criação em todos os Estados. O Rio Grande do Sul sugeriu a criação de escolas volantes de Hotelaria e o preparo de pessoal especializado; o estado da Guanabara sugeriu a criação de cursos de formação de consciência turística em todos os graus de ensino; e uma junta investigadora de Agências de Viagem propôs a organização de cursos especializados para formação de guias de Turismo (Ministério da Indústria e do Comércio, 1967).

Azevedo (2002) reporta que, nesse Encontro, o Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio, baseado em uma série de subsídios apresentados, formulou uma proposta de criação de cursos universitários ou em organismos de grau superior, para formação de profissionais de Turismo. Conforme Alfonso (2006), a Embratur buscou entrosamento com outros órgãos governamentais, dentre eles, o Conselho Federal de Educação, para organizar:

[...] cursos de nível superior para hotelaria, planejamento turístico e outras exigências do Turismo moderno. Extensão de igual perspectiva para cadeiras e unidades específicas em outros níveis de ensino, adaptando ou incorporando noções que venham conscientizar o potencial e a importância do Turismo como fator de cultura, de desenvolvimento e de integração nacional. (Embratur, 1970 apud Alfonso, 2006, p. 44)

Durante a gestão de Joaquim Manoel da Silveira e a partir do Primeiro Encontro Oficial do Turismo Nacional de 1967, a Embratur tomou para si a responsabilidade de qualificar a mão de obra para o Turismo, no país. Dentre os projetos apresentados no Relatório da presidência da Embratur em 1969, estava o de treinamento de pessoal de órgãos regionais, hotelaria e agências de viagens. Em 1970 foi estipulado o Primeiro Ano Nacional do Turismo e dentre as campanhas do projeto do evento, estava a de incentivo e oficialização de cursos de Turismo e capacitação profissional para a área (Alfonso, 2006). Observa-se, desse modo, que nesse período o presidente demonstrou um grande interesse na qualificação da mão de obra do setor turístico, em diferentes níveis, dando os primeiros passos para a estruturação do sistema de ensino para a área. Fica claro que desta forma estaria contribuindo para o crescimento da atividade turística e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico do país, meta dos governos de então.

Os relatórios para a Reforma do Ensino Superior de 1968 (Lei 5.540) incentivavam a criação de cursos para ‘carreiras prioritárias ao desenvolvimento’, considerando que, na década de 1970,

⁹ Marcelo Maranhão, representante da IATA, propôs a organização de cursos especializados para formação de guias de Turismo, "autênticos", elementos qualificados, capazes de acompanhar turistas de gabarito intelectual, com conhecimentos de arte, história, cultura e falando vários idiomas (Anais do I Encontro Oficial do Turismo Nacional, 1967).

o Turismo era visto como a solução para o desenvolvimento econômico do Brasil, os cursos passaram a ser incentivados. Celeste Filho (2002, p. 33) salienta:

No final da década de 1960, início da década de 1970, simultaneamente à possibilidade de criação de cursos técnicos de nível superior, se processa a reforma do ensino médio, que passa a fornecer obrigatoriamente formação profissionalizante. É neste contexto da reforma universitária de 1968, anterior à Lei 5.692 de 1971 de reforma do ensino médio, que é criado o currículo mínimo de Turismo. Inicialmente para um curso técnico profissionalizante de nível médio, em 1969, e como currículo mínimo para cursos de nível superior em janeiro de 1971.

Foi no início da década de 1970, num contexto de expansão das escolas isoladas incentivadas pelo governo, que surge o ensino superior de Turismo, no Brasil. A institucionalização, no âmbito acadêmico, se deu a partir de 1971, quando da criação do primeiro curso e da definição do currículo mínimo pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). O Curso Superior de Turismo é criado a partir do Parecer nº 35/71, do MEC, organizado pelo relator conselheiro Roberto Figueira Santos e aprovado em 28 de janeiro de 1971. Conforme Matias (2002, p. 3),

A regulamentação do currículo mínimo e a criação de cursos que formassem mão de obra especializada em nível superior tornou-se necessária devido ao crescimento que a atividade turística apresentava na época. Nesse sentido, podemos destacar a institucionalização do Turismo no Brasil com a criação da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, em 1966.

O ensino se iniciou com cursos e treinamentos em áreas específicas, de nível técnico, e assim permaneceu até a década de 1970, quando se estendeu ao ensino superior privado, com a atribuição do grau de bacharelado. Em 1971, a Faculdade de Turismo do Morumbi (FAT), hoje Universidade Anhembimorumbi, instituição privada de São Paulo, que tinha como instituição mantenedora a Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura, iniciou o primeiro Curso Superior em Turismo, aprovado em 24 de janeiro de 1972, pelo parecer nº 108/72, processo 667/71 do Conselho Federal de Educação (Rodrigues, 2005). A partir da criação na Faculdade Morumbi, outras instituições começam a demonstrar interesse, e há uma mobilização no sentido de implantar cursos de Turismo. Podemos citar os cursos da Universidade Católica de Petrópolis, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo, Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências, Faculdade de Turismo da Guanabara, entre outras (Hallal, 2010). Em São Paulo a imprensa noticiava: “A criação de Escolas Superior de Turismo decorre da necessidade de o Brasil se aparelhar para desenvolver a chamada indústria sem chaminés” (Folha da Tarde, 03.06.1972).

O Turismo visto como uma ‘indústria sem chaminés’ pode ser entendido como uma atividade econômica que leva em conta apenas os índices, estatísticas, projeções de crescimento e relações de custo-benefício, não considerando as dimensões sociais, culturais, ambientais.

Essa postura, emergente de uma cultura de mercado capitalista, desconhece a essência do fenômeno turístico, o qual exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural, existentes nas localidades visitadas, gerando agenciamentos possíveis de ressignificação com a realidade, por meio da relação entre visitantes e visitados (Moesch, 2002, p. 14)

Os primeiros cursos superiores de Turismo no Brasil surgiram na década de 1970. No entanto, é importante destacar, como visto anteriormente, que foi em 1967, por ocasião do I Encontro Oficial de Turismo, que apareceu a discussão sobre a necessidade de criação de cursos universitários, ou seja, a partir de uma iniciativa da Embratur. As instituições que se empenharam em criar os primeiros cursos de Turismo e atender a demanda do mercado,

encaminharam, também, uma formação pragmática, com uma terminologia economicista e eminentemente tecnicista, menosprezando os aspectos sociais e políticos da sociedade. Essa ênfase nos aspectos técnicos ocorria de forma geral em todos os cursos, segundo a visão desenvolvimentista do período (Trigo, 1998).

Teixeira (2007) analisa a trajetória dos cursos superiores de Turismo (1968-1976), bem como seu contexto histórico-social, para entender os condicionantes que levaram um curso, sem tradição acadêmica e desprestigiado intelectualmente, a se espalhar e se consolidar em nível universitário. Considera três variáveis para estudar a história do curso no Brasil: a primeira é a criação da Embratur, em 1966, pois, a partir daí, surgem os investimentos na rede hoteleira, nos meios de transportes e em infraestrutura básica e turística e, conseqüentemente, a necessidade de formar profissionais capacitados, de nível superior, para fomentar o Turismo no Brasil. A segunda variável é a expansão do ensino superior privado, em consequência de uma série de acontecimentos, entre eles a Lei 5.540/68 (Reforma Universitária), que autorizava a criação de cursos superiores de profissões não regulamentadas, o que levaria o governo a permitir e estimular o ensino superior privado. A terceira variável, relacionada à primeira, é a valorização do lazer e do ócio no final da década de 1960, com incentivo para que o tempo livre fosse bem utilizado e uma boa alternativa, entre outros, no Turismo.

Teixeira (2007) ressalta que nem sempre tudo acontece de forma tão inocente, ou seja, além de todas essas condicionantes, existiria também todo um interesse por trás da criação do curso de Turismo. A implantação do curso de Turismo estava inserida num jogo de forças, onde, de um lado, está o Estado, via Embratur, que através da legislação induz a força de mercado e a iniciativa privada, que vê no Turismo grandes oportunidades de sucesso financeiro. O autor entende que as necessidades da implantação do curso foram construídas intencionalmente. Na Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, o pedido para a criação do curso partiu do Conselho Nacional do Comércio – Conselho de Turismo, ou seja, mesmo na universidade pública o curso surgiu da demanda por mão de obra qualificada.

O segundo presidente da Embratur, Carlos Alberto Andrade Pinto, fora chefe da Divisão Econômica e diretor de Comércio do Instituto Brasileiro do Café (IBC); assessor do Ministério da Fazenda para assuntos de café (1967 a 1970); membro do Conselho Superior de Economia da FIESP, permaneceu no cargo por menos de um ano, em 1971. Sua gestão se volta para o desenvolvimento do Turismo interno, tendo como foco principal a expansão e o aprimoramento da rede hoteleira. Também priorizou a fixação do eixo turístico Rio - Santos (Embratur, 2006). Este presidente teve pouca expressão em relação à qualificação da mão de obra para o Turismo ou sobre sua inclusão no ensino superior. O terceiro presidente da empresa, Paulo Manoel Protásio (1971-1975), era advogado, fora presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, membro da Associação Brasileira das Empresas Comerciais Exportadoras. Durante sua gestão:

Prossegue o processo de estruturação da EMBRATUR, divulgação e promoção internacional do Brasil, além de projeção da imagem da empresa dentro do país. Atrair turistas estrangeiros e incentivar o Turismo interno são algumas das prioridades, bem como a participação da Embratur em eventos internacionais, a reorganização do setor hoteleiro e a ampliação do Turismo cultural e de negócios (Embratur, 2006, p. 46).

Rodrigues (2005) lembra que:

Desde a sua fundação, em 1966, até 1975, só profissionais ligados à economia dirigiram a Embratur. Na esfera federal, esses profissionais tinham preferência porque se entendia o

Turismo como fonte estratégica de recursos, portanto ligado à área econômica. E o Paulo Protásio, um jovem ligado ao regime, filho ou sobrinho, ou genro, ou enteado de algum militar, era economista. Ele assumira a presidência da Embratur no início do governo Geisel. (p. 167)

Nesse período, a imprensa destacava os esforços da Embratur para desenvolver a atividade turística no País:

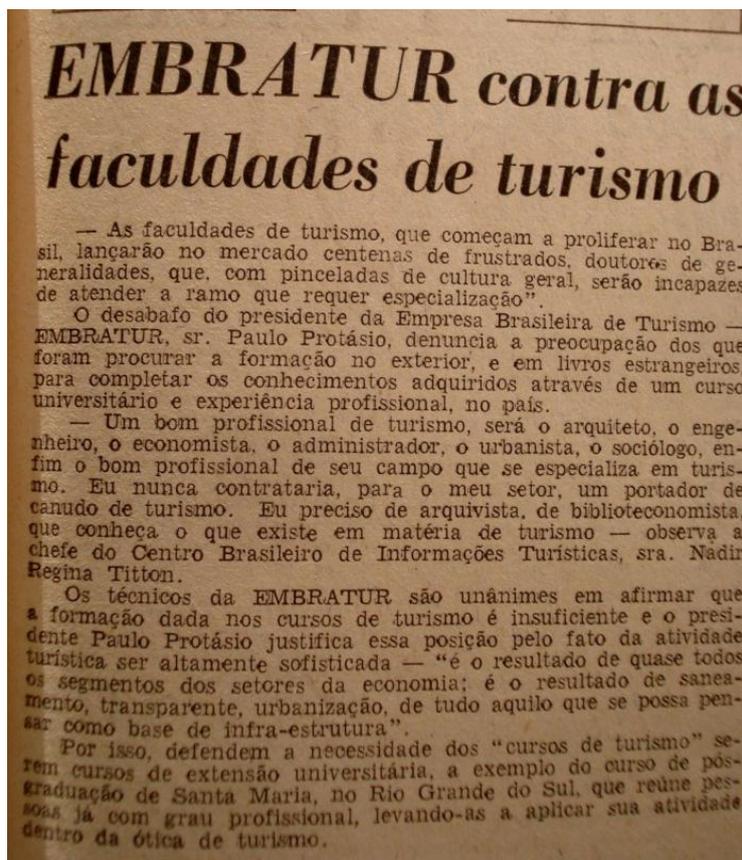
Nota-se um esforço geral, desde o município do interior, até as grandes cidades, no sentido de fazer alguma coisa que atraia visitantes. A criação da Embratur representou uma verdadeira injeção para o desenvolvimento turístico, pois veio dar incentivo aos acanhados conselhos, comissões, departamentos ou secretarias de Turismo espalhadas pelo Brasil. Agências e empresas de Turismo do setor privado também sentiram a influência daquele órgão federal. Estava, porém, faltando algo, que só agora começa a tomar vulto. Trata-se das escolas de Turismo em nível superior (Folha da Tarde, 03.06.1972).

Mesmo destacado o papel dos Cursos de Turismo para formação profissional, o presidente da Embratur manifestava receio em relação aos cursos superiores de Turismo. A notícia intitulada “Profissionalização preocupa a Embratur”, registra que Protásio, durante a I Reunião Oficial de Turismo, ocorrida em 1972, em Brasília, manifestara o receio de que “a profissionalização do Turismo, apesar de essencial sofra uma proliferação, formando técnicos ‘frustrados’ e não especialistas em Turismo”. Defendia que, em vista da necessidade de formação de pessoal especializado no setor de Turismo, se maior que a capacidade nacional de gerar mercado, se poderia, no máximo, se falar em pós-graduação em Turismo, dispensando, no caso, as chamadas faculdades de Turismo, cujos planos não foram ainda, naquele momento, aprovados pelo Conselho Federal de Educação, mesmo que com projetos de criação em vários estados (Jornal do Comércio, 07.06.1972). A preocupação da presidência do órgão referia a que “elas proliferem de forma inadequada formando pessoal que saiba apenas um pouco de cada setor do Turismo, que envolve diversos níveis, contribuindo para a frustração profissional de muitos” (Diário de Notícias, 07.06.1972). O presidente mostrava-se frontalmente contrário aos

[...] ‘canudos de Turismo’, afirmando que ‘de nada adianta um curso universitário sobre Turismo’. Acentua que essa área precisa essencialmente de técnicos capazes de assumir papéis concretos, ou de gente altamente especializada num determinado campo – engenharia, economia, administração – que, ao mesmo tempo, se aperfeiçoou em Turismo (Correio do Povo, 17.07.1972, p.19).

Como mostra a figura 1, no jornal Correio do Povo o debate não se restringiu a apenas um dia, se mantendo na imprensa por mais tempo.

Figura 1 – Embratur contra as faculdades de Turismo



Fonte: Correio do Povo, 22.10.1972, p. 41.

Em 1972 e 1973, por várias vezes, o presidente da Embratur deixa claro que é contrário às Faculdades de Turismo, com exceção da de Santa Maria, RS que teria como proposta um curso de Pós-Graduação, Especialização em Turismo. O diálogo entre as instituições de ensino e a Embratur, nesse período, torna-se difícil, como se observar no texto jornalística a seguir:

Certa vez, no aeroporto do Galeão, o dirigente da Embratur [Paulo Manoel Protásio], afirmou-nos que fazia restrições ao currículo das escolas, que não tinha conhecimento da qualificação profissional, do seu corpo docente e que não via no momento necessidade de sua implantação. Indagamos então do presidente se ele não acha oportuno aceitar alguns dos convites que lhe haviam sido dirigidos pela direção da Faculdade de Turismo do Morumbi, pois assim teria oportunidade de manter um diálogo franco e justificar seu posicionamento. Ele contestou a existência desses convites. Chamou um de seus assistentes imediatos. Esse disse nada saber a respeito. Afirmamos então que em nosso poder, além da cópia dos convites, existem cópias de informações as mais variadas sobre a escola – tudo com o timbre ‘protocolado’ da Embratur. Entre o nosso encontro com o presidente Protásio, o Galeão e o Seminário realizado no Senac, passaram-se alguns meses. Provavelmente o tempo necessário para o presidente reformular sua posição. Para essa nova forma de ver as coisas do dirigente da Embratur muito colaborou o assessor do presidente, José Papa Junior, da Federação do Comércio. Na realidade foi Affonso A. Di Transi Splendore, conselheiro do Senac quem promoveu o encontro do presidente com os dirigentes das faculdades. Deste primeiro contato saíram alguns acordos, entre eles o da presença da EMBRATUR nas faculdades para uma conversa com os estudantes. Foi um bom começo, embora o órgão federal tenha proposto somente conversar com os universitários. (O Estado de São Paulo, Suplemento de Turismo, 21.10.1973, p.2).

Conforme Norma Moesch, Paulo Protásio teria definido os cursos de Turismo como: “Formação de Doutores em Ciências Incríveis e Absolutas”¹⁰. Moesch¹¹ recorda bem desse fato, que, na época, pareceu uma afronta à educação superior em Turismo:

[...] havia um presidente da Embratur na época, o Paulo Manoel Protásio, que era o terror de todos os estudantes de Turismo do Brasil e Argentina, alimentávamos um fervoroso rancor por essa pessoa, porque ele havia dito e dado um pronunciamento que era uma tonteira as universidades abrirem as portas para criarem cursos superiores de Turismo, no caso, era assim chamado, porque de acordo com nossos currículos, e aí eu vou chegar aos currículos, as Universidades, as IES estariam se propondo a formar doutores em generalidades, que a rigor não poderiam dar conta de nenhuma missão profissional. Então realmente ele desconstitui essa inovação, que foi originalmente criada pela Morumbi.

A posição da Embratur favorável aos especializações, leva ao apoio da oferta da modalidade na Universidade Federal de Santa Maria.

O professor Gabriel Mário Rodrigues conta a trajetória do Curso de Turismo da Faculdade Morumbi em seu livro, “Se Não Foi a Primeira, Não Foi a Segunda – O desafio de implantar a Faculdade de Turismo do Morumbi, no início dos anos 70”, e também rememora esse fato.

O homem não entendia absolutamente coisa alguma de Turismo e não demonstrava o menor interesse em querer entender. Desde o começo da sua gestão, posicionou-se contra as faculdades de Turismo simplesmente por “achar” que o curso não deveria ser de nível superior. Uma posição que assumia somente perante nós, nunca publicamente. Quando pedimos o seu apoio junto ao Conselho Federal de Educação para o reconhecimento do curso, mostrou-se deselegante, fazendo gesto característico de que nos iria degolar. Mais: disse-nos reservadamente, que ele e a sua equipe acabariam com os cursos superiores de Turismo. Bem, isso não constava na lista de problemas que teríamos de enfrentar. Concluímos, os representantes das faculdades e nós, que seria perda de tempo continuar com a aproximação. Então deixamos o homem livre para conspirar (Rodrigues, 2005, p. 168).

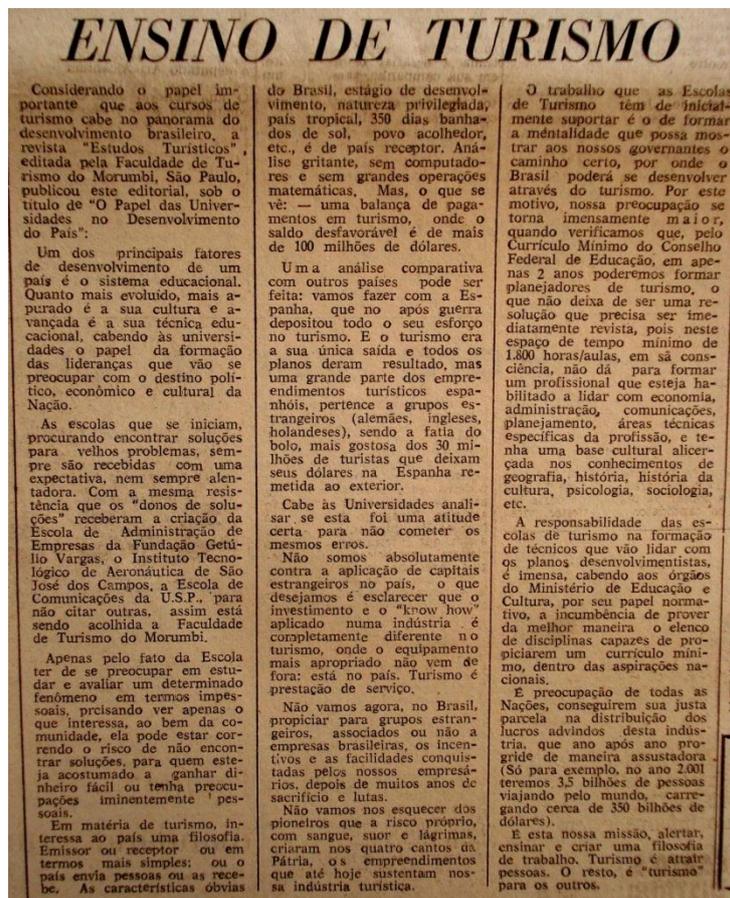
Diante das dificuldades, texto publicado na Revista Estudos Turísticos¹², da Faculdade de Turismo do Morumbi, intitulado “O papel das universidades no desenvolvimento do país”, foi reproduzido pelo *Correio do Povo* (Figura 2). O artigo discorre sobre os cursos de Turismo no panorama nacional, destacando a importância das escolas na formação de profissionais “que vão lidar com os planos desenvolvimentistas”.

¹⁰ Conforme Diário de Campo, das autoras, em 14.05.2010.

¹¹ Norma Moesch, em entrevista às autoras, em 12.03.2009.

¹² **Rosa dos Ventos** publicou na íntegra, versão digitalizada da *Revista Estudos Turísticos* em seu V.2(1), 2010. Disponível em http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/609/pdf_14

Figura 2 – Ensino de Turismo



Fonte: Correio do Povo, 26.10.1972, p. 13

Joel Andrade Loes¹³, em outubro de 1973, analisa os caminhos práticos que deveriam ser trilhados com urgência pelas faculdades de Turismo. Loes relata que, até aquele momento, não havia nenhuma participação da Embratur na solução do problema, mas acreditava que poderia atuar junto aos dirigentes das escolas e no MEC na reformulação do que estivesse errado e na adoção de outros esquemas¹⁴. Para ele, o momento seria de entrosamento total e não de defesa isolada desta ou daquela faculdade. "Nos próximos anos, a presença dos primeiros técnicos se fará sentir no mercado turístico e do êxito deles dependerá, em muito, a

¹³ Joel Andrade Loes atuou como locutor de esportes da Rádio Difusora FM e Sete Colinas. Após breve passagem por uma rádio do Rio de Janeiro, retornou à cidade natal para trabalhar no jornal O Correio Católico. Em 1967, ingressou no jornal *O Estado de São Paulo*, mais precisamente no suplemento de Turismo, atual Caderno de Viagem, onde atuou como repórter e fotógrafo, passando a editor e, mais tarde a editor-chefe, cargo que ocupou até se aposentar. Após sua saída do jornal, durante alguns anos, se dedicou a projetos na área de Turismo, além da produção de artigos e matérias para revistas especializadas. Foi também editor do jornal *Panrotas*, entre 1993 e 1997, ano de seu falecimento.

¹⁴ "Criando a obrigatoriedade de trabalho prático no mais amplo sentido, a Embratur poderia fazer com que estas áreas absorvessem uma porcentagem de alunos egressos das faculdades. Tal medida beneficiaria o Turismo em todo sentido – o aluno teria um diploma que de fato abriria novas oportunidades a ele e as empresas aprimorariam seus serviços tecnicamente" (O Estado de São Paulo, 21.10.1973).

continuidade da preferência dos jovens pela nova indústria brasileira: o Turismo” (O Estado de São Paulo, 21.10.1973).

No entanto, conforme o presidente da Embratur já havia sinalizado, o Ministério da Educação atendendo as ponderações do mesmo, decide suspender o registro de novas Faculdades de Turismo no Brasil por algum tempo, até que um estudo profundo pudesse orientar a elaboração dos currículos de forma objetiva e profissionalizante (Figura 3). Conforme Rodrigues (2005): “Não é que a figurinha quase conseguiu. No dia 24 de janeiro de 1975, fomos surpreendidos com esta bomba” (p.168)

Figura 3 – Suspensão o registro de Faculdades de Turismo



Fonte: Correio do Povo, 23.01.1975, p.10

Também Celeste Filho (2002) reporta que em dezembro de 1974, tanto o Conselho Federal de Educação, quanto o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, adotam uma moratória no exame de autorização de novos cursos superiores:

De há muito vem este Conselho Federal de Educação sentindo e proclamando a necessidade de aprofundar e atualizar os estudos de base visando à análise crítica da sistemática aplicável à criação de novas escolas superiores, no sistema federal de ensino. [...] Daí, há de ser considerada a sugestão feita pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura de suspender transitariamente o recebimento de novos pedidos de autorização de escolas e cursos, salvo exceções a serem consideradas. Como se vê, não se trata de bloquear por inteiro o fluxo de entrada de processos, e sim de, por algum tempo, reduzi-lo seletivamente, para, afinal, discipliná-lo em caráter definitivo. (Documenta nº 169 apud Celeste Filho, 2002, p. 63)

Conforme explicou o presidente da Embratur, sendo o curso de Turismo exclusivamente

profissionalizante, é imprescindível que os dados do mercado sejam considerados, na elaboração dos currículos. Do contrário, o estudante sairia da faculdade com o diploma na mão, mas sem quaisquer condições de posicionar-se no mercado de trabalho, pois a melhor classificação que se lhe poderia dar seria a de 'inexperiente técnico em generalidades'. Rodrigues (2005), contra argumentando Paulo Protásio, finaliza destacando: “Era tudo o que as faculdades se propunham a fazer! Inacreditável! Os disparates continuam. [...] Falou muito e não falou nada. Essa ampla formação era a nossa preocupação” (p.170). Apenas quatro meses e meio após a suspensão, o decreto nº 75.849, de 11 de junho de 1975, concede o reconhecimento ao curso de Turismo da Faculdade de Turismo do Morumbi.

Porém, parece que não é somente em relação aos cursos superiores de Turismo que o presidente da Embratur cria conflitos. Conforme o livro *Sindetur-SP¹⁵ 50 anos: Memória do Turismo* (2001, p. 42) sob o título Luta Ferrenha registra que “são a Embratur, comandada por Paulo Manoel Protásio, e o Ministério da Fazenda, a cargo de Mário Henrique Simonsen, que tiram o Sindetur-SP e a Abav-SP do sério. E, de quebra, levam todas as entidades de Turismo do País a empenhar uma luta ferrenha contra as arbitrariedades do governo federal por eles representado”.

Em janeiro de 1975, enquanto tudo isso ainda acontecia, Paulo Manuel Protásio pede demissão do cargo na Embratur. No dia 30 do mesmo mês, o Correio do Povo anuncia a definição de Said Farhat (1975-1979) como o novo presidente da Empresa, que toma posse no dia 5 de fevereiro. Quarto presidente da Embratur, homem ligado aos meios de comunicação e propaganda, Farhat foi convidado para participar do governo Geisel pelo ministro da Indústria e do Comércio, senador Severo Gomes. Nessa gestão o objetivo era o de reformulação da política e dos meios de atuação da Embratur, com empenho no desenvolvimento do Turismo receptivo, do Turismo interno e da preservação do que se considerava patrimônio turístico do país, pois com o fim do dito *milagre econômico*, o Turismo precisaria contribuir para o desenvolvimento do país (Alfonso, 2006)

As discussões sobre a problemática dos cursos superiores de Turismo não cessaram. Panosso Netto (2005), registra fala do professor Mario Carlos Beni, que ressalta:

Importante destacar nesse momento é que o Ministério da Educação e a Embratur [Instituto Brasileiro de Turismo], muito preocupados com esse ritmo de cursos superiores de Turismo no Brasil, acabaram designando o curso de Turismo da Universidade de São Paulo para fazer um grande debate sobre o currículo pleno, uma vez que o MEC havia estabelecido o currículo mínimo. A USP coordenou esse trabalho e foi aí que houve um grande divisor. Um grande marco, porque a Faculdade Anhembi Morumbi tinha todo seu projeto pedagógico voltado ao modelo espanhol, que era mais voltado ao mercado. Ou seja, à formação profissional e não à pesquisa, à colocação, à abordagem científica do Turismo e o macroplanejamento envolvendo aspectos sociais, econômicos, etc. Esta é a linha que sempre foi da USP. A partir daí os cursos de Turismo implantados nas universidades, como PUC e outras, seguiram o modelo da USP. Os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais seguiram basicamente o modelo da Morumbi. Foi assim que nasceram os cursos e se difundiram em todo o país (pp. 860-861)

Assim, na gestão de Said Farhat, a Embratur continuou se envolvendo na discussão sobre os cursos superiores de Turismo, mas, desta vez, assessorada por uma instituição de ensino superior. A USP, única instituição pública que possuía curso de Turismo na época, foi chamada pelo Ministério da Educação e pela Embratur para analisar a problemática e propor uma

¹⁵ Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo.

recomendação sobre os currículos dos cursos. O resultado desse trabalho foi a identificação de dois diferentes enfoques: um voltado ao mercado e, outro, a uma abordagem científica do Turismo. O que se constata é que o questionamento sobre o currículo adequado aos cursos ainda não fora solucionado. Constata-se que, para entender esse momento histórico, é necessário vincular a regulamentação do currículo mínimo e a criação de cursos que formassem mão de obra especializada em nível superior ao crescimento que a atividade turística apresentava na época e à criação da Embratur. A Embratur sempre teve uma participação ativa na criação dos cursos de Turismo no Brasil, pois entendia que a atividade turística era estratégica para o desenvolvimento econômico do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cursos de Turismo, no Brasil, foram criados dentro de uma perspectiva tecnicista e mercadológica, da qual procuravam atender a uma demanda de mercado, características próprias da educação no início da década de 1970. A Embratur, ao promover o Turismo no Brasil com o objetivo de desenvolver o país, contribuiu para o surgimento dos cursos de Turismo. Seu primeiro presidente destacava necessidade de qualificação em Turismo em diversos níveis, e em Encontro em 1967, já declarava a intenção de criar cursos superiores de Turismo. A Embratur buscou outros órgãos para auxiliar nesse desafio e inclusive solicitou, através do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio, à USP, que a mesma criasse uma oferta do mesmo.

A participação mais polêmica se deu com o terceiro presidente da Empresa, Paulo Manoel Protásio, que se posicionava contrário a criação de tais cursos de graduação em Turismo, pois entendia ser mais adequado a oferta de cursos de pós-graduação, o que culminou na suspensão por algum tempo do registro de cursos de Turismo. Esse posicionamento do então presidente gerou desentendimentos não só com a academia, mas também com o mercado. Ressalta-se que o Brasil foi o primeiro a criar cursos superiores em Turismo, pois em outros países, como na Alemanha, Espanha e França, a oferta era em nível médio ou de pós-graduação.

A consonância entre as demandas do desenvolvimento econômico no período analisado e as respostas educacionais na área do Turismo foi sendo revelada nas ações dos presidentes da Embratur no início da década de 1970, os quais apontaram uma grande necessidade, e, conseqüentemente, oportunidade para a educação privada atuar no ensino superior em Turismo no Brasil. Em grande parte, este momento de euforia em relação ao ensino superior de Turismo pode ser creditada à Embratur, que disseminou a ideia de que o Turismo traria desenvolvimento econômico ao país, tornando-se necessário, então, melhorar a formação da mão de obra. A consolidação simultânea desses dois processos, a criação da Embratur e a definição do currículo mínimo pelo MEC, viabilizada pelo cenário da educação nacional que incentivava a abertura de novos cursos, torna inteligível a criação dos cursos superiores em Turismo pautados por uma visão mais voltada para o mercado de trabalho.

Entretanto, para compreender o posicionamento do presidente da Embratur, é fundamental a compreensão da concepção de Estado e de política que sustentam tal discurso. Visões diferentes de sociedade, Estado, política educacional geram projetos diferentes de intervenção. A preocupação que focaliza todo o discurso é a dimensão predominantemente econômica, que vê o crescimento do Turismo intimamente relacionado ao crescimento

econômico. Como o Turismo é visto principalmente pela sua dimensão econômica no momento político em questão, os presidentes da Embratur indicados eram economistas.

Desse modo, esta revisão histórica sobre o tema e sua inserção dentro de um quadro de referências, permite pensar o papel da Embratur no ensino superior em Turismo na atualidade, seus fatores determinantes e as implicações de suas mudanças, pois no momento analisado o ensino superior em Turismo sofria forte interferência da Embratur. Em vista do exposto, uma leitura histórica nos permite outras reflexões, introduzindo novas problemáticas e novas abordagens de investigação, bem como novos significados e sentidos dados ao objeto de análise, para que não se tenha uma visão ingênua, reproduzindo, algumas vezes, uma educação superior em Turismo somente a serviço do desenvolvimento econômico e à mercê dos interesses políticos. Portanto, entende-se como fundamental essa reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico no ensino em Turismo e sua importância para a sociedade como recurso para a construção da consciência crítica.

REFERÊNCIAS

Alfonso L. P. (2006). *Embratur: Formadora de imagens da nação brasileira*. Dissertação, Mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Azevedo, J. (2002). *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura.

Brasil (1966) Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109350/decreto-lei-55-66>. Acesso em 03.03.2014

Brasil (1967) Decreto nº 60.224, de 16 de Fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 03.03.2014

Celeste Filho, M. (2002). *A institucionalização do Turismo como curso universitário: décadas de 1960 e 1970*. Mestrado em Educação. PUC/São Paulo.

Certeau, M. (2012). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense.

Chartier, R. (1990). *A história cultural*. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Embratur, Ministério do Turismo (2006). *Embratur 40 anos: Uma trajetória do Turismo no Brasil*. Brasília.

Hallal, D. (2010) *O Curso de Turismo da PUCRS: a trajetória dos seus 38 anos de existência – do Bacharelado (1972) ao Tecnólogo (2010)*. Tese, Programa de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Matias, M. (2002). *Turismo: Formação e profissionalização (30 anos de história)*. Barueri/SP: Manole.

Ministério da Indústria e do Comércio. Conselho Nacional de Turismo – CNTUR. Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR. (1967) *Anais... I Encontro Oficial do Turismo Nacional*.

Moesch, M. M. (2002). *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto.

Panosso Neto, A. (2005). Mário Carlos Beni Fala. In: Trigo, L. G. G. et al. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, pp. 859-868.

Rejowski, M. (1996). *Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira*. Campinas, SP: Papirus.

Rodrigues, G. M. (2005). *Se não foi a primeira, não foi a segunda: o desafio de implantar a Faculdade de Turismo do Morumbi no início dos anos 70*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi.

Sindetur, SP. (2001). *Sindetur-SP 50 Anos*. Memória do Turismo. São Paulo: Sindetur, SP.

Solha, K. T. (2002). Evolução do Turismo no Brasil. In: REJOWSKI, M. (org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, pp. 117-153.

Teixeira, S. H. A. (2007) *Cursos superiores de Turismo: condicionantes sociais de sua implantação: uma abordagem histórica (1968/1976)*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba/SP.

Trigo, L. G. G. (1998) *A sociedade pós-industrial e o profissional em Turismo*. Campinas, SP: Papirus.

Recebido em 14.03.2014

Revisados pelos autores em maio, junho de 2014

Aceito em 05.07.2014